



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Reunião Ordinária.	Nº: 1281/06	DATA: 29/11/2006
INÍCIO: 14h48min	TÉRMINO: 18h01min	DURAÇÃO: 03h13min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h13min	PÁGINAS: 9	QUARTOS: 5

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO: Discussão e votação do relatório final.

OBSERVAÇÕES

A reunião não se iniciou formalmente.
Há intervenção fora do microfone. Inaudível.
A reunião foi suspensa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Gostaria de informar que vamos fazer uma reunião prévia antes da reunião para decidir a relação da CPI. A reunião prévia vai começar dentro de uns 5 minutos, mais ou menos. Posteriormente, nós retornaremos para cá. Peço à Secretaria... Vai ser uma reunião só com os Deputados presentes, na sala 16. (*Pausa.*)

Em primeiro lugar eu quero dizer que esta CPI só andou por causa da colaboração de cada um dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas. É uma CPI que primou por ser apartidária, e até aqueles que, no plebiscito, tiveram posições divergentes, buscaram... porque acredito que os 2 lados do plebiscito sempre se posicionaram contra o tráfico de armas. Então, essa convergência contra o tráfico de armas foi que possibilitou termos sucesso aqui na CPI.

Quero dizer que eu vou ter de suspender a sessão, infelizmente, mas antes de suspender a sessão, porque começou a Ordem do Dia, quero dar a palavra a cada Deputado que queira falar...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, pela ordem. Começou a Ordem do Dia, mas não tem votação nominal, não tem votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, eu não estou ainda...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não, não tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu pergunto se algum Deputado...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tem acordo geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...se coloca contra a votação neste momento, já que não está acesa a luz...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Não. Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...que manda interromper.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vamos votar. Depois fala-se.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vota e depois a gente discute.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, já conseguimos o principal, que foi fazer o acordo. Qualquer pessoa indiciada nesta CPI, ou indicada, cujo nome seja citado, pode anular este relatório, se votarmos neste momento. Então, o trabalho todo desenvolvido por esta Comissão...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Já que colocaram desta maneira...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, mas isso é o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque para mim, só começa a Ordem do Dia quando a luz acende aqui.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não começou a Ordem do Dia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, sugiro a V.Exa... Se me autorizar, eu vou ligar ao Presidente... Se o Presidente autorizar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Liga. Liga e pergunta se começou a Ordem do Dia. Se começou a Ordem do Dia, ela tem razão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se começou a votação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, está piscando a luz aí?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não está. É isso que estou dizendo...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Então vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vou mostrar aqui, tirar a foto para mostrar que não está piscando luz nenhuma.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vamos votar, Sr. Presidente. Não está piscando, vamos embora. Pode votar. O impedimento é o sinal. Sr. Presidente, vamos votar logo e acabou. Vamos votar, vamos votar, Presidente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, eu só tenho uma sugestão a fazer. Após votarmos o relatório, eu gostaria que o Relator não disponibilizasse o relatório enquanto não fizesse as correções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem razão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Perfeito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu tenho ele aqui corrigido na minha mão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Porque senão vai ser um... vão divulgar erradamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu colocar...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu só queria sugerir a V.Exa. que vote e depois dê a palavra para as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu... Por precaução nossa...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Não custa nada esperar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O problema é que não está piscando.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O relatório oficial está na minha mão.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Não custa nada esperar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Diretor informa que não pode votar. O Diretor já informou, não adianta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Já temos quorum aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas eu quero aproveitar para que cada um possa dar a sua palavra agora, neste momento. E está de acordo. Nós suspendemos, durante a Ordem do Dia. Logo depois da Ordem do Dia, a gente só vem aqui para corroborar o relatório.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tem problema nenhum.

Eu tenho várias pessoas inscritas, mas eu quero dar uma palavra preliminar antes, se V.Exas. me permitem. Eu senti muito orgulho de estar ao lado de V.Exas. durante esse tempo todo. Eu até me emociono um pouco, porque tive muitos irmãos nesta luta contra o crime organizado. E V.Exas., em muitos momentos difíceis da CPI, nunca abriram mão de estar ao nosso lado, nunca. Por isso é que quero dizer a V.Exas. que o Brasil se orgulha de cada um de vocês, neste momento que concluímos um trabalho difícil, um trabalho inédito no Congresso Nacional, um trabalho que expôs o problema do tráfico de armas no nosso País e um trabalho que enfrentou o crime organizado de frente. Nunca arredamos o pé de enfrentar o crime organizado.

Quero passar a palavra a cada um que se inscreveu, Deputado Arnaldo...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A lista vai passar para que V.Exas. a assinem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu só queria reafirmar uma colocação feita pelo Deputado, anteriormente. Vamos para a Ordem do Dia, posteriormente, estaremos aqui para votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, que o Sr. Relator não disponibilizasse o relatório enquanto não fosse votado e feitas todas as correções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom. Eu vou dar a palavra... Como houve essa dúvida...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se isso ocorrer, eu estou desobrigado de cumprir o acordo que foi fechado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom. Como... Eu vou passar a palavra ao Relator, para ele poder falar e cumprir esse compromisso, e depois eu vou cumprir a ordem de inscrição que foi dada aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero, rapidamente, antes de entrar na discussão de mérito do relatório, também registrar aqui, Sr. Presidente, o meu reconhecimento à condução do trabalho desta CPI, feito por V.Exa. e toda a Mesa da CPI, os Parlamentares dos mais diferentes partidos, uma CPI bastante difícil. E mesmo atravessando um período eleitoral, ela, em nenhum momento, se desviou do seu foco principal de investigação e do trabalho. Vamos produzir um relatório, que é um relatório inédito, consistente, fruto de um trabalho de todos os Parlamentares, que se empenharam na viabilização desse acúmulo. E registrar aqui, também, mais uma vez, o meu agradecimento à assessoria da Casa; à Consultoria Legislativa, em nome do Manoel Alvim, nosso coordenador (*Palmas*); aos servidores da Polícia Federal, da Receita Federal e de outros órgãos de Governo. Eu já havia solicitado, e reafirme aqui, Sr. Presidente, o pedido para que seja feita uma menção formal, para que seja incluído na ficha funcional de todos os servidores da Casa, ou não, o nosso reconhecimento pela sua colaboração e pela sua participação no trabalho da nossa CPI.

É preciso que a gente diga — e a imprensa está aqui, representantes da sociedade — que nós conseguimos produzir um relatório que somente 1 dos 19



projetos de lei que nós estamos propondo foi objeto de questionamento, e foi, inclusive, objeto de deliberação. E a maioria dos Deputados presentes à reunião entendeu que esse projeto não deveria constar do relatório. Então, dos 19 projetos apresentados, somente o Projeto de nº 15 é o projeto que não se encontra no texto definitivo, porque, como Relator, evidentemente que eu apresento aqui o relatório, que é resultado do trabalho, do esforço de todos. E há uma decisão democrática, por parte da maioria, de que esse projeto não seja incluído no relatório como um projeto da CPI.

Houve também um debate a respeito de uma indicação, e, da mesma forma como foi feita uma deliberação que se entendeu pela retirada, houve uma deliberação pela manutenção de uma indicação. Todos os demais projetos, todas as demais indicações de alterações, de competências, de procedimentos por parte do Executivo, do Legislativo, todas elas foram aprovadas, são frutos de um entendimento desta Comissão. Portanto, nós podemos afirmar com tranquilidade, Sr. Presidente, que, na íntegra, o conteúdo fundamental de todo o esforço, de todo o trabalho que fizemos, está preservado neste relatório. Nós concluímos, enquanto CPI, que a sociedade brasileira jamais havia feito um estudo específico sobre tráfico de armas e munições.

Trata-se do que caracterizamos como um crime e meio: um crime que é praticado para que se cometam outros. E, muitas vezes, a própria imprensa, a sociedade de uma forma geral, acabava considerando, observando somente o crime final: o assalto a banco, o assalto a carro-forte, o controle de áreas de tráfico de droga. E essa logística, a compreensão dessas rotas, dessas conexões, das facilidades encontradas pelos criminosos, ela jamais tinha sido objeto de uma análise como essa. Nós estamos apresentando aqui um conjunto de proposições que dão condições para que a sociedade brasileira tenha uma política integrada de combate ao crime organizado, em especial, ao tráfico de armas e munições, passando por questões que vão desde a tipificação do crime organizado até procedimentos administrativos, objetivos, a respeito da identificação das armas e assim por diante.

Então, Sr. Presidente, eu não quero me estender, quero somente agradecer a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas e dizer da minha convicção de que este



é um trabalho que qualifica esta Casa e que certamente permitirá à sociedade brasileira ter ferramentas, instrumentos muito mais eficientes, muito mais eficazes para poder enfrentar esse fenômeno moderno chamado crime organizado, em especial, o caso em análise, as organizações criminosas que atuam para obter a possibilidade da construção de arsenais com armas e munições que entram ilegalmente no País ou, por algum outro motivo, comercializadas com uma determinada finalidade, acabam chegando nas mãos dos criminosos. Então, eu agradeço a compreensão de todos, o apoio de todos. Tenho certeza de que a sociedade brasileira sai ganhando com a aprovação deste relatório. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu que agradeço. Informo que o Presidente Aldo Rebelo disse que, às 19h, termina a sessão e, aí, voltaremos para votar. Tenho uma lista de inscrições. Como teremos de votar, vou dar um tempo de 3 minutos para cada Parlamentar fazer sua consideração. Não é discussão do relatório, são apenas considerações. Quero deixar bem claro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, então fica definido que a votação será às 19h?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Às 19h.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Uma questão de ordem, Sr. Presidente, só para os Srs. Deputados entenderem. As modificações, elas foram feitas todas nesse texto que está nas minhas mãos. À medida que nós formos discutindo as alterações, e exatamente por isso, Deputado Arnaldo Faria de Sá, que, digamos assim, este aqui é o relatório oficial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. Não será distribuído agora.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Será votado este relatório que está nas minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Depois de votado é que será feita, então, uma cópia com todas as...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Depois de votado.

Deputado Alberto Fraga com a palavra.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Presidente, só para a consideração de V.Exa., eu acho que não há por que — não sei, não comprehendi bem — interromper a sessão, na medida em que, se houver votação os Deputados, votam e voltam, votam e voltam e a sessão pode continuar. E, aí, sim, quando formos votar o relatório estaríamos todos aqui às 19h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Depende. Enquanto não vier uma ordem do Presidente mandando interromper eu continuo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Alberto Fraga, por favor.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, dizer que não há perdedores, não há vencidos, nem vencedores aqui, nesta reunião. Quero parabenizar o bom senso e a sensibilidade do Relator, que construiu um texto — e o que eu sempre lutei —, um texto benéfico para a sociedade. Acho que as preocupações daqueles que defendem o outro lado e daqueles que defendem, digamos assim, os 2 lados... O que eu fui contra, e continuo sendo contra, é que, no momento em que lemos o relatório, de uma maneira preliminar, percebe-se claramente uma luta ideológica, onde coloca-se até a questão do desarmamento, das armas, como uma questão de lutas de classe dominantes. E eu identifiquei rapidamente de quem é esse linguajar. E, para não dizer que eu estou alheio, eu disse até que podemos passar por cima dessas coisas. Mas para que as pessoas não pensem que nós não sabemos.

Não se trata aqui de um segundo turno do referendo das armas, não se trata absolutamente de nenhuma disputa. Eu disse, e continuo afirmindo: o que nós temos que aprovar é um texto que venha verdadeiramente mostrar as rotas de tráfico deste País, que é o grande problema nacional. Quando eu me insurgi contra a postura de alguns equivocados, ao afirmar que o brasileiro, cidadão de bem, era o responsável pela criminalidade no País, eu disse que não estava correto. Nós temos que identificar as rotas e fazer com que o Governo, através de medidas administrativas, consiga coibir a entrada desordenada de armas de fogo no nosso País. Para conhecimento de todos, recentemente vimos uma pesquisa, e mais uma pesquisa equivocada.



Eu trago aqui um dado — e só vou ler esse, Sr. Presidente, e a fonte não é ISER, não é Sou da Paz, não é Viva Rio —, a fonte é do Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública. Ela diz o seguinte: os homicídios de 2001, 46.579; 2002, 47.512; 2003, 47.183. E foi sancionado o Estatuto do Desarmamento, ao contrário do que dizem, aqui está — a mentira tem perna curta —: em 2004, de 47.000, o crime subiu para 54.696 homicídios. Uma marca triste e lamentável para o nosso País. E, em 2005, quase 2 anos após o Estatuto do Desarmamento, o homicídio aumentou para 55.312 pessoas que foram assassinadas.

Esses são os dados, não é da Rede Globo, não. Esses dados são do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Portanto, é em cima desses dados que, às vezes, eu faço as minhas defesas. Eu não entro na questão da fantasia, nem tampouco da demagogia. Todos nós temos a obrigação de defender o povo brasileiro e votar aquilo que for benéfico para o Brasil. Portanto, a contribuição que nós estamos dando, que fique bem claro, não há queda-de-braço, não há derrotados, e não há também vencedores, não. O que nós temos é que construir uma política voltada para uma segurança pública de qualidade, que é isso, certamente, o que o povo brasileiro quer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Alberto Fraga.

Deputado Neucimar Fraga com a palavra.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Primeiro a família Fraga, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só dá Fraga aqui. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, eu, primeiramente, quero cumprimentar o nosso Presidente, o Deputado Moroni Torgan, pela sua luta profícua neste Parlamento contra o crime organizado e, especialmente neste ano, no combate ao tráfico de armas no Brasil. O trabalho desenvolvido por V.Exa. aqui nesta Casa vai deixar, com certeza, saudade dos Parlamentares, que vão sentir falta desse homem público, comprometido com o combate à violência no Brasil, que ora deixa a vida pública, após disputar uma eleição para o Senado no Estado do Ceará.

Quero cumprimentar também o nobre Relator, Deputado Paulo Pimenta, a Deputada Laura Carneiro, os colegas Parlamentares, que, durante mais de 1 ano,



participaram desta Comissão, tiveram a oportunidade de discutir e participar do processo de investigação sobre o tráfico de armas no Brasil. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito está de parabéns, porque aqui não há divergências. As questões partidárias, elas ficaram de lado. E aquilo que foi divergente durante algum período nós podemos, nesta fase final, trabalhar pela convergência dos acordos, para que nós pudéssemos apresentar um relatório aqui satisfatório, que pudesse contemplar as necessidades e os anseios da sociedade brasileira. Mas quero chamar a atenção para algumas ações importantes identificadas e realizadas por esta CPI no que tange, por exemplo, à fragilidade das nossas fronteiras.

Durante os trabalhos, nós ficamos convencidos da fragilidade da fiscalização nas fronteiras brasileiras. São mais de 16 mil quilômetros de fronteiras, muitas vezes sem um suporte necessário de policiais, tanto do Exército quanto da Polícia Federal, o que permitiu que as armas entrassem com facilidade no Brasil. Nós temos que chamar a atenção, também, para as falhas detectadas por esta Comissão no processo de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Neucimar Fraga, permita-me interrompê-lo para informar ao Plenário que chegou a ordem de suspender a nossa sessão. Depois darei tempo a V.Exa. para que conclua sua manifestação. A ordem é para suspender os trabalhos. Às 19 horas retornaremos.

(*A reunião é suspensa.*)